Entre os alicerces abandonados da urbanização dependente: contribuições para o pensamento urbano latino-americano.

Aline Marcondes Miglioli

Vitor Hugo Tonin

Resumo

O artigo propõe a retomada crítica do conceito de urbanização dependente como chave interpretativa para compreender os processos urbanos na América Latina. Partindo da hipótese de que os estudos urbanos foram centrais tanto para os estruturalistas da CEPAL quanto para os teóricos da dependência, o texto argumenta que o abandono dessa vertente teórica não se deu por suas limitações analíticas, mas por mudanças políticas e institucionais que esvaziaram o pensamento crítico latino-americano. A metodologia adotada consiste em uma revisão teórica e histórica, articulando autores como Quijano, Kowarick, Castells e Marini com os contextos de produção intelectual entre as décadas de 1960 e 1980, e com debates contemporâneos sobre financeirização, reprodução do capital e espoliação urbana. O artigo contribui ao demonstrar a atualidade da urbanização dependente como perspectiva teórica capaz de articular escalas locais e globais, totalidade e particularidade, fornecendo mediações analíticas robustas para interpretar as transformações urbanas contemporâneas nas formações sociais periféricas.

Abstract

The article proposes a critical reappraisal of the concept of dependent urbanization as an interpretive key to understanding urban processes in Latin America. Based on the hypothesis that urban studies were central both to the structuralists of CEPAL and to dependency theorists, the text argues that the abandonment of this theoretical strand did not result from analytical limitations, but rather from political and institutional changes that weakened Latin American critical thought. The adopted methodology consists of a theoretical and historical review, articulating authors such as Quijano, Kowarick, Castells, and Marini with the intellectual production contexts of the 1960s to 1980s, as well as with contemporary debates on financialization, capital reproduction, and urban spoliation. The article contributes by demonstrating the relevance of dependent urbanization as a theoretical perspective capable of articulating local and global scales, totality and particularity, and providing robust analytical mediations to interpret contemporary urban transformations in peripheral social formations.

Introdução

Nas últimas décadas, o pensamento urbano latino-americano tem enfrentado um esvaziamento teórico que o coloca diante de um impasse importante na sua trajetória: de um lado, abordagens totalizantes e de pretensão universalizante buscam explicar processos urbanos locais por meio de categorias globais amplas, que, ao abstrair as mediações históricas e os padrões específicos de reprodução do capital em cada território, acabam por homogeneizar experiências diversas, como a precariedade habitacional e a

favelização, sob um mesmo rótulo interpretativo. De outro lado, análises de base empírica local, centradas em estudos de caso descolados de fundamentos históricos e políticos mais amplos, tendem a cair numa espécie de descritivismo etnográfico, em que os agentes sociais e as políticas urbanas são analisados em sua imanência, sem que os conflitos e mediações que moldam o espaço urbano possam ser reconectados às dinâmicas internacionais, econômicas ou estruturais mais amplas.

Este esvaziamento não se dá ao acaso. Ele é o resultado de transformações mais amplas na própria economia política da ciência: da crescente mercantilização da produção acadêmica, orientada por critérios de produtividade e competitividade global e à desarticulação de pólos científicos alternativos ao pensamento ocidental hegemônico derivado do colapso da União Soviética. Neste contexto, o campo dos estudos urbanos e regionais viu-se atravessado por uma tendência ao abandono de teorias que, em outros tempos, ofereceram chaves interpretativas robustas para compreender as especificidades do urbano nas formações periféricas. Entre elas, destacam-se os aportes marxistas e dependentistas que, embora esquecidos ou marginalizados, permaneceram como alicerces subterrâneos de uma tradição crítica latino-americana.

A partir desse diagnóstico, o presente artigo se insere na proposta de refundar o edifício teórico que abriga o pensamento urbano latino-americano da Urbanização Dependente. Em vez de simplesmente abandonar ou demolir as fundações de projetos teóricos legados pelas décadas de 1960 e 1970, defendemos a necessidade de revisitar suas estruturas com um olhar renovado, afinal, antes de demolir estruturas antigas é necessário entender se e por que elas não nos servem mais. Longe de ruínas condenadas, acreditamos que tais fundamentos permanecem sólidos, e que o desafio atual não é sua substituição por edifícios espelhados, mais reluzentes, porém vazios; mas sim sua atualização crítica, capaz de dialogar com os dilemas contemporâneos sem abrir mão da densidade histórica, da radicalidade analítica e da vocação transformadora que caracterizaram o pensamento crítico latino-americano.

Nesse sentido, apoiamo-nos nos mesmos alicerces que também sustentam a Teoria Marxista da Dependência, pois a grande contribuição desta perspectiva teórica não reside apenas em seu posicionamento crítico frente ao movimento moderno ou à dicotomia entre atraso e progresso – o que lhe conferiu notoriedade entre os anos 1960 e 1970 –, mas principalmente em sua capacidade de articular o particular com o geral, o específico com a totalidade. Essa articulação permite que o mesmo corpo teórico, que foi capaz de explicar criticamente o nexo entre urbanização e industrialização com baixos

salários no contexto desenvolvimentista da segunda metade do século XX, seja hoje mobilizado para compreender, por exemplo, a emergência de cidades vinculadas ao agronegócio e à mineração, expressões de um novo padrão de reprodução do capital, mas ainda inscritas na lógica estrutural da acumulação capitalista dependente. Recuperar essa potência interpretativa é, portanto, mais do que um exercício de resgate: trata-se de um gesto político-epistêmico de invenção e atualização do pensamento urbano-regional da América Latina.

Este artigo se propõe a explorar duas hipóteses, i) de que o estudo da urbanização serviu como mote para o desenvolvimento das análises da dependência, como também para os estruturalistas da segunda e terceira fases do pensamento da CEPAL, respectivamente aqueles voltados à "reforma para desobstruir a industrialização" (1960) e "reorientação dos estilos de desenvolvimento na direção da homogeinização social e na direção da industrialização pró-exportadora" (1970) (Bielshovsky, 2000), e ii) estes estudos fornecem elementos mediadores fundamentais para a compreensão totalizante da urbanização e do urbano na América Latina contemporânea. Para tanto, ao longo das próximas seções, percorremos cada andar – ou melhor, cada subsolo – do edifício teórico das análises da urbanização dependente. Na primeira seção, recuperamos o nascimento do conceito de subdesenvolvimento que colocou em primeiro plano a observação das formações sociais particulares na América Latina. Em um segundo momento percorremos as análises da urbanização dependente resgatando sua centralidade no debate urbano dos anos 1960-1970, seus principais argumentos e aportes. Na terceira seção argumentamos que o abandono desse edifício teórico se deu por vicissitudes políticas e não por insuficiência teórica ou analítica e por isso na última seção sugerimos como um resgate renovado desse edifício teórico pode enfrentar as questões urbanas contemporâneas na América Latina.

Nos alicerces do subdesenvolvimento

Partimos da interpretação que a construção de um pensamento crítico latino-americano ao longo do século XX não foi apenas uma resposta às desigualdades estruturais do continente, mas também o resultado de uma elaboração epistemológica sensível às determinações históricas, políticas e simbólicas que marcam a América Latina. A cisão entre centro e periferia – entre os países do capitalismo avançado e as formações dependentes – não é apenas geográfica, mas carrega implicações profundas para o modo como se produz conhecimento. Essa percepção atravessou diferentes campos

do saber e se materializou em múltiplas formas de ruptura com o universalismo eurocêntrico. Na economia, traduziu-se na formulação de projetos de industrialização voltados à superação da dependência estrutural das economias primário-exportadoras da região.

No campo dos estudos urbanos, essa tensão também encontrou terreno fértil. A industrialização, enquanto vetor estruturante das relações sociais e territoriais, exerceu forte influência sobre a produção do pensamento urbano. As diretrizes do urbanismo moderno – disseminadas por instituições internacionais, organismos multilaterais e intelectuais como Le Corbusier – consolidaram uma visão racional (e por vezes tecnocrática) da cidade: o espaço urbano deveria ser funcionalizado segundo os imperativos da racionalização produtiva, com a separação de usos, a padronização da moradia, a otimização dos fluxos e o controle da forma urbana. Esse modelo, forjado no contexto dos centros capitalistas, foi transplantado para as cidades latino-americanas, muitas vezes como promessa de modernização acelerada e progresso civilizatório.

Entretanto, esse processo de transposição foi marcado por contradições que revelaram os limites da aplicação mecânica de modelos concebidos para outras realidades. A cidade moderna latino-americana, em vez de espelhar a ordem racional desejada, passou a expressar de maneira contundente os traços estruturais da desigualdade, da informalidade e da produção social do território. A importação de soluções externas desconsiderou a complexidade das formações periféricas, produzindo resultados dissonantes em relação às promessas originais do urbanismo funcionalista.

É nesse ponto que a leitura crítica de Roberto Schwarz sobre as “ideias fora do lugar” (2014) se torna oportuna. O transplante do urbanismo moderno pode ser entendido como um caso exemplar dessa condição: uma forma teórica desenvolvida em contextos capitalistas centrais, baseada em determinadas condições de acumulação, institucionalidade e cultura urbana, foi aplicada em um contexto periférico onde tais condições estavam ausentes ou se apresentavam de maneira radicalmente distinta. O resultado foi a criação de cidades que tentavam obedecer a normas e estéticas modernas, mas cujas formas de produção e apropriação do espaço estavam enraizadas em lógicas sociais profundamente desiguais.

Ao enfatizar a desarmonia entre forma e conteúdo e entre teoria importada e realidade local é importante notar o papel político desempenhado por esse transplante. No caso do urbanismo moderno, não se trata apenas de reconhecer a presença de elementos arcaicos que não comportavam o novo, mas considerar que a imposição dessas

ideias fazia parte ativa da construção de um projeto de dominação e ordenamento social. Essa lacuna, aliás, também foi partilhada por certos estruturalismos, que, ao buscar sistematicidade, perderam de vista os conflitos e intencionalidades que atravessavam a aplicação desses modelos.

Esse deslocamento teórico não se restringe ao campo da arquitetura ou do planejamento urbano. Ele diz respeito a uma matriz mais ampla de pensamento, que, ao importar categorias do Norte, frequentemente ignorou a historicidade específica da periferia. Frente a esse impasse, intelectuais latino-americanos passaram a reformular perguntas fundamentais: qual é o sentido do moderno em contextos coloniais? Como pensar a cidade a partir de sua articulação com a dependência econômica? Que tipo de industrialização moldou o urbano na América Latina? A partir dessas inquietações, foi se delineando uma crítica situada, capaz de articular o urbano às estruturas econômicas e sociais mais amplas, superando tanto o reducionismo estrutural quanto o descritivismo localista.

Essa crítica, por sua vez, encontrou eco e aprofundamento no campo da economia, sobretudo a partir das formulações da CEPAL e das análises da dependência. A cidade passou a ser interpretada como expressão das formas específicas de reprodução do capital nas formações periféricas, o que permitiu pensar o urbano não mais como reflexo imperfeito da modernidade europeia, mas como campo estratégico de mediação das contradições do capitalismo subdesenvolvido. Ao longo das décadas seguintes, o espaço urbano tornar-se-ia ainda mais central, seja como locus da reprodução social sob novas formas – financeirização, agronegócio, mercantilização da terra e da moradia –, seja como terreno de disputa e resistência.

Para os estruturalistas, que previam algum tipo de progresso econômico acompanhado da urbanização, o tipo urbano brasileiro era frequentemente interpretado como um estágio anterior ao modelo industrial idealizado, e não como uma expressão própria da inserção periférica no sistema mundial. No entanto, no campo dos estudos urbanos, neste mesmo período histórico, desenvolveram-se teorias sobre este mesmo processo que mostravam o reverso: era o espaço urbano caótico e informal o alicerce deste novo processo de industrialização.

O debate acerca do subdesenvolvimento consolidou-se na agenda científica internacional imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, tal problemática ganhou centralidade na medida em que choques sistêmicos — notadamente as duas guerras mundiais e a crise de 1929 — conduziram os países periféricos a

questionar as engrenagens que regiam a ordem econômica internacional. O colapso dos fluxos comerciais e financeiros engendrou um quadro de “estrangulamento externo” que fez emergir a percepção de que o percurso do desenvolvimento poderia ser objeto de intervenção deliberada.

A interrupção do comércio mundial e a crise de acumulação minaram o prestígio do liberalismo clássico que sustentava as elites agroexportadoras. Concomitantemente, favoreceram a constituição de um segmento industrial que passou a defender maior protagonismo estatal. Forjada sob os controles de guerra, essa fração de classe viu-se, no imediato pós-guerra, compelida a disputar a interpretação hegemônica sobre o subdesenvolvimento. Os Estados Unidos, cientes da batalha ideológica em curso, mobilizaram uma miríade de instrumentos — desde programas de pesquisa até novos organismos de cooperação — para difundir a concepção evolucionista, funcionalista e por que não dizer dualista, segundo a qual o subdesenvolvimento representaria apenas uma etapa preliminar superável mediante a captação de poupança externa capaz de desencadear um “arranque” industrial (ROSTOW, 1978).

Entretanto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) converteu-se em polo de elaboração intelectual autônoma. Inspirados pela análise de PREBISCH (2000), seus técnicos redefiniram o conceito de subdesenvolvimento ao enfatizar o caráter estrutural da relação centro–periferia. Desenvolvimento e subdesenvolvimento foram entendidos como partes constituintes de um mesmo sistema mundial, articuladas por padrões de comércio assimétricos. A deterioração secular dos termos de troca penalizava as economias exportadoras de produtos primários e impunha-lhes baixos índices de produtividade; daí a defesa da industrialização como estratégia necessária para romper o ciclo de perda de valor.

Com o *Estudio Económico de 1949* (CEPAL, 2000), inaugurou-se um período fértil de formulação teórica latino-americana, cuja vitalidade se estendeu até o final da década de 1970. Durante esse intervalo, a CEPAL deslocou-se de um industrialismo estritamente econômico para um programa reformista mais amplo, mantendo, todavia, a aposta na burguesia industrial como sujeito histórico da transformação (FURTADO, 2007).

Tal estratégia convergia, em grande medida, com a linha tático-programática dos Partidos Comunistas latino-americanos, cuja leitura histórico-etapista concebia a revolução democrático-burguesa como condição prévia ao socialismo. Contudo, na prática, a burguesia industrial rapidamente se aliou às demais frações dominantes em

golpes empresariais-militares que abortaram iniciativas reformistas. Por contraste, experiências revolucionárias ancoradas no protagonismo das classes subalternas — como as da China e de Cuba — ganharam legitimidade internacional e catalisaram a emergência de uma nova esquerda marxista no subcontinente.É nesse contexto que surge a teoria da dependência, a partir de meados dos anos 1960.

Para Andre Gunder Frank, um dos autores seminais deste pensamento, o subdesenvolvimento não deriva de resquícios pré-capitalistas, mas constitui expressão da forma específica de inserção das economias latino-americanas no capitalismo mundial (Frank, 1963; 1964; 1969). Dado que a burguesia local se encontra organicamente vinculada tanto às exportações primárias quanto ao capital externo, não haveria margem para uma revolução burguesa nacional nos moldes europeus. A permanência da "sociedade dual", denunciada pela CEPAL, tenderia, assim, a reforçar — e não a mitigar — a dependência.

Do confronto de perspectivas resultaram três grandes vertentes críticas sobre o subdesenvolvimento. O estruturalismo-reformista da CEPAL e dos partidos comunistas defendia a industrialização liderada pela burguesia nacional; a leitura weberiana de Cardoso e Faletto (1970) examinava a articulação entre dominação política interna e vínculos externos; e a posteriormente chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD), vinculada às esquerdas revolucionárias, situava o subdesenvolvimento como manifestação necessária da acumulação capitalista global, atribuindo às classes populares o papel de sujeito histórico da ruptura. Nesse interregno, a produção intelectual da periferia não apenas logrou dialogar em pé de igualdade com a dos centros hegemônicos, mas chegou a inverter o fluxo tradicional de influências, irradiando conceitos que reconfiguraram o debate mundial sobre desenvolvimento.

A urbanização dependente

A dissonância entre a experiência empírica latino-americana e as interpretações funcionalistas exportadas pelo norte abriu espaço para novas leituras. Estas, por sua vez, não vieram diretamente daqueles que enxergavam a sociedade latino-americana estruturada sobre uma base dual. Entretanto, mesmo nesta literatura crítica inaugural, que mencionava "setores agrícolas" e "industriais" e enxergava o campo e a cidade como o vir-a-ser de um possível projeto de desenvolvimento moderno e industrializante, a clivagem campo–cidade era secundária. Ao mesmo tempo, a evolução urbana, revelava-se como uma das expressões mais agudas do subdesenvolvimento. O espaço urbano, ao

condensar geograficamente desigualdades extremas, convertia-se em arena privilegiada da crítica social.

Neste contexto Pereira (1969) qualifica a urbanização como "subprocesso privilegiado" do binômio desenvolvimento–subdesenvolvimento, e utiliza Andre Gunder Frank "como suporte e travejamento de toda a coletânea" (p.7) intitulada *Urbanização e subdesenvolvimento,* justamente por ele articular mediações externas e internas. Pois para Frank a lógica centro–periferia é reproduzida em escalas nacionais, regionais e locais:
Assim, as relações metrópole-satélite não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica, política e social interna dos países e colônias da América Latina. [...] Desse modo, uma cadeia inteira de constelações de metrópoles e satélites vincula todas as partes do sistema global, desde seu centro metropolitano na Europa ou nos Estados Unidos até o mais longínquo posto da zona rural latino-americana." (Frank, 1969, p. 29)

No seio da CEPAL, Aníbal Quijano reforça esse enlace entre urbanização e dependência:

> La tesis central del enfoque sostiene que la urbanización en Latinoamérica es un proceso dependiente. Esto es, que sus tendencias y características sobresalientes están regidas por las del proceso de las relaciones de dependencia de nuestras sociedades. (Quijano, 1968, p. 534)

A crítica à leitura evolucionista do processo a ocorrer nas cidades foi consolidada em coletâneas como *Urbanización y Dependencia en América Latina* (Schteingart , 1973) e *Imperialismo y Urbanización en América Latina* (Castells & Vélez 1973). Os organizadores da primeira sintetizam:

> La urbanización en los países subdesarrollados no puede ser considerada como una repetición del proceso por el que atravesaron en otras épocas los países industrializados [...] supondría una visión 'evolucionista' del desarrollo social e implicaría ignorar la coyuntura mundial [...] y la existencia de un sistema internacional de relaciones de dependencia entre países centrales y periféricos. (Schteingart, 1973, p. 12)

Neste contexto, duas frentes de investigação se destacam. A primeira aborda historicamente a configuração da rede urbana latino-americana demonstrando como a

litoralização, dispersão e primazia de certas metrópoles foram “el resultado del modo y grado de articulación de las diversas zonas en las relaciones económicas de dependencia” (p. 552, Quijano, 1968).

A segunda interroga as mudanças no conteúdo da sociedade urbana, sobretudo a pobreza massiva decorrente de uma industrialização monopolista e poupadora de mão de obra e da crise agrária que expulsa camponeses. Ambas geram uma superpopulação superior à necessária para os circuitos formais de produção e consumo. De acordo com Quijano:

> La marginalización económico-social de crecientes sectores de la población tanto urbana como rural, es el resultado inevitable de las características dependientes del proceso de expansión de la economía urbana y de sus consecuencias en el campo, en el mismo momento en que las tasas de crecimiento demográfico tienden a crecer en la generalidad de los países y el proceso de crisis de la economía rural lanza a cada vez mayores contingentes humanos fuera de las estructuras anteriores, los impulsa a la migración y a la búsqueda de precarias fuentes de ingreso, pero sin que existan ni en la ciudad ni en el campo estructuras ocupacionales y fuentes de ingreso que les permitan participar efectivamente del reducido y débil "desarrollo" de unos pocos centros urbanos (Quijano, 1968, p. 566).

Em suma, Quijano demonstra haver historicamente uma rede de nexos causais entre as mudanças no sistema imperialista mundial que se conectam às transformações nas relações de dependência que por sua vez se concretizam e retroalimentam as mudanças tanto na rede urbana quanto no interior das próprias sociedades urbanas.

Nos anos 1970, Lúcio Kowarick aprofunda essa vertente ao associar marginalidade às exigências da acumulação. Para ele, o processo de marginalização deve ser analisado tendo em conta a dinâmica e as exigências da acumulação do capital, na qual os grupos marginais serão conceituados como uma forma peculiar de inserção na divisão social do trabalho.” (Kowarick, 1977, p. 9). Por isso, partindo de uma lógica estrutural, o autor defende que o capitalismo que reúne formas desiguais e combinadas ao se expandir, recria tanto as modalidades “arcaicas” quanto às “novas” formas na divisão social do trabalho.

Este mecanismo da economia dependente faz com que uma parte do excedente localmente produzido não seja internalizado, criando assim estímulos para o processo

migratório do campo para a cidade, em que há um descompasso entre a taxa de criação de novos empregos e o crescimento da força de trabalho potencial. Assim como Quijano, Kowarick atribui a este processo a formação de "vasto exército industrial de reserva que [...] servirá de alavanca para a acumulação de capital nos países dependentes." (Kowarick, 1977, p. 62). Assim, segundo o autor, ao longo deste processo emerge um novo tipo de desenvolvimento caracterizado por ser "superexcludente" (Kowarick 1977, p. 62), que por sua vez permite

> (...) caracterizar o processo de superexploração pois, em última instância, é necessário haver alguma parcela de trabalho excedente, mesmo quando tal processo se efetiva às custas de um acentuado rebaixamento dos níveis de subsistência, o que parece ser a regra geral (Kowarick, 1977, p. 89)

Em síntese, essas elaborações redefinem tanto a noção de dependência quanto a de marginalidade, inserindo-as no mesmo arcabouço teórico que pretende explicar os limites da possibilidade de industrialização na América Latina sem antes romper com a posição que as mesmas ocupam na divisão internacional do trabalho. Trata-se de admitir que a marginalidade urbana é expressão do mesmo processo que condiciona a dependência. Neste mesmo mote, Quijano é categórico em enfatizar que a dependência é elemento constitutivo – e não externo – da história latino-americana:

> No se trata de sociedades con una legalidad histórica autónoma [...] por el contrario, la legalidad total de estas sociedades es dependiente y su comportamiento [...] corresponde internamente a las leyes generales del sistema de dominación en su conjunto (Quijano, 1968, p. 533)

Ao vincular os "problemas" urbanos às contradições do capitalismo dependente, essas análises avançam em relação ao dualismo inicial – presente em Celso Furtado e na primeira CEPAL – e aproximam-se do novo estruturalismo da CEPAL que passou a propôr entre 1960 e 1980 que os caminhos para a desobstrução da industrialização na AL vinculavam-se com homogeneização social. Nesta nova abordagem *cepalina, cebrapiana e dependentista* fica evidente que a urbanização não é causa e tampouco consequência do processo de urbanização, umas vez que,

> el proceso de urbanización en Latino América no puede servir de canal a un proceso de desarrollo efectivo [...] sino a condición de que los principales factores derivados de la dependencia [...] sean modificados profundamente." (Quijano, 1968, p. 568)

A análise das datas de publicação dos estudos e das interlocuções entre seus autores sugere que tomar a cidade como ponto de partida tende a conduzir a formulações diferenciadas em níveis teóricos mais abrangentes. Este procedimento influenciou autores do norte capitalista, para além daqueles vinculados à CEPAL. Entre os autores que passaram a interpretar a urbanização como dimensão do mesmo processo histórico dependente, destaca-se Manuel Castells, de maneira explícita no clássico *Questão Urbana (*Castells, 1975). No capítulo 3 deste livro, *Urbanização, desenvolvimento e dependência",* o autor refuta o argumento etapista ao afirmar que:

> Uma interpretação tão frequente quanto errônea (...) considera a urbanização como consequência mecânica do crescimento econômico e em particular, da industrialização. Explica-se então o ritmo atual da urbanização nos países "subdesenvolvidos" pela etapa inicial do processo onde eles se encontram (Castells, 1975, p. 79).

O autor afirma na sequência que não se trata de sequências diferentes de um desenvolvimento único, mas de formas de expansão de uma estrutura histórica dada, no qual diferentes formações sociais preenchem características diferentes a depender da posição que ocupam nesta unidade. Desta forma, ele explica que para a América Latina é no interior de uma situação de dependência que se constituíram novas sociedades, sem que apresentar particularidades relativas à infraestrutura social preexistentes (...), a evolução posterior do conjunto e sua diversificação interna resultam das diferentes articulações regionais da metrópole, bem como da reorganização de forças entre países dominantes (Castells, 1975, p. 89).

Conclui-se pela leitura destes trechos a compreensão do autor sobre a unidade pretendida pelo "esquema geral da análise da urbanização dependente" (Castells, 1975, p.89). Mais intrigante ainda são as notas de pé de página empregadas na construção deste argumento, no qual o autor faz referência às obras ainda no mimeo de Quijano, *Dependência, Cambio Social y Urbanización en Latino America* e *Tendencias de cambio en la sociedad peruana*, ambos de 1967 e *Capitalism et sous-développement en Amérique Latine* de 1968. Ao explicitar o caráter dependente da urbanização latino-americana, o autor afirma categoricamente "nos aproximamos aqui da perspectiva desenvolvida pelo sociólogo peruano A. Quijano" (p. 108, nota 31, Castells, 1975).

Dessa forma, concluímos esta seção afirmando que a crítica à "cidade marginal" desempenhou um papel decisivo tanto na reformulação estruturalista promovida pela

CEPAL no início da década quanto na consolidação das vertentes dependentistas, ao estabelecer um nexo indissociável entre urbanização, subdesenvolvimento e imperialismo. Além disso, essa crítica contribuiu para fomentar o interesse de pensadores do norte. A potência explicativa da análise da Urbanização Dependente—ao articular o universal e o particular e operar em distintos níveis de abstração—foi central para a ampla adesão que recebeu entre os teóricos do período.

Uma obra abandonada

Ao final da década de 1970, a evolução das análises sobre urbanização dependente foi interrompida. Muitos daqueles que pretendiam fincar suas bases teóricas abandonaram esta obra ainda em construção. As revisões críticas que procuram explicar esse abandono revelam-se, em geral, fragmentárias e pouco convincentes[1]. Embora seja plausível reconhecer, por um lado, o caráter por vezes mecanicista de certas conexões estabelecidas entre dependência e questões urbanas e, por outro, a ausência de investigações sistemáticas acerca da produção capitalista do espaço, tais limitações não bastam para justificar o abandono de uma vertente tão original e profícua do pensamento social latino-americano, pois configurariam agendas de pesquisa em aberto. Com efeito, a crítica à relação entre dependência e urbanização não foi sucedida por uma proposição analítica de envergadura superior.

A chave explicativa do abandono situa-se, antes, na articulação entre essas teorias e os projetos de transformação social radical promovidos pela esquerda revolucionária. Tal como a Revolução Cubana dera impulso a uma fase de radicalização intelectual, as derrotas subsequentes – em especial da experiência chilena e posteriormente da URSS– instauraram um ciclo de refluxo teórico e ideológico que levou ao abandono das formulações mais radicais. Nesse contexto, Cueva assinala que a sociologia "radical, totalizante, crítica… não sucumbiu ante o solo peso de suas contradições e limitações teóricas, mas foi vítima de uma das contrarrevoluções culturais (e políticas) mais violentas da história latino-americana", marcada por perseguições, exílio de intelectuais e autocensura (Cueva 1988, p. 8).

A vitória das ditaduras autocráticas seguida da restauração democrática burguesa reorientou a produção acadêmica para narrativas fragmentadas e empiricistas. Essa inflexão, incentivada pelo pós-modernismo e seu individualismo metodológico, implicou

[1] Para uma análise detalhada das revisões críticas, cf. Tonin, 2015, principalmente capítulo 1.

a renúncia ao ideal de totalidade. Kowarick, que foi um dos principais autores da Urbanização Dependente, cujo estudo da marginalidade urbana aproximou-se muito das formulações mais abstratas de superexploração e chegou mesmo a inventar uma de suas formas espaciais: a espoliação urbana; depois admitiu categoricamente que "houve um esforço deliberado para "superar as determinações macroestruturais como fonte explicativa das lutas urbanas" (Kowarick 1988), pois como ele próprio reconhece, os debates sobre marginalidade e dependência expressavam, em última instância, um embate entre "reforma ou revolução" (Trindade & Ferro, 2011), que destoava do novo contexto histórico e acadêmico. A escolha por abandonar os marcos da Urbanização Dependente se expressa portanto em sua produção teórica subsequente, voltada à análise do risco e vulnerabilidade urbana.

As consequências desse abandono foram múltiplas. Ruth Cardoso aponta, em primeiro lugar, uma dispersão dos estudos urbanos decorrente da ruptura com "os grandes esquemas explicativos", o que fez perder "a continuidade entre as várias problemáticas" (Cardoso apud Kowarick, 1988, p. 12). Em segundo lugar, segundo Flávio Villaça, registrou-se uma perda de radicalidade e o progressivo abandono da categoria imperialismo no campo urbanístico: "No campo urbano, estudava-se a urbanização capitalista… Hoje, os europeus estudam a urbanização europeia, os brasileiros estudam a brasileira…" (Villaça apud Fix, 2007). Concomitantemente, o interesse pelo "intra-urbano" ganhou vulto, mas a desvinculação das análises sobre imperialismo produziu dois desvios frequentes: a superestimação de dinâmicas estritamente locais – que tende a sobrevalorizar a eficácia das políticas públicas – e, em sentido oposto, a importação direta de categorias abstratas do capital sem consideração pelas especificidades latino-americanas. Em ambos os casos, a desconexão contribuiu para fragilizar politicamente os movimentos sociais urbanos (Maricato 2011, p. 151).

Perspectivas

A crise dos governos progressistas e a ascensão de forças conservadoras em diversos países da América Latina renovaram o interesse pelo pensamento crítico latino-americano formulado nas décadas de 1960 e 1970. Essa retomada é, em grande medida, motivada pela necessidade de compreender os impasses históricos que nos conduziram à conjuntura atual. No entanto, esse interesse só poderá ser frutífero se orientado por uma perspectiva prática, que reconheça a validade de uma teoria não como doutrina fechada, mas como instrumento de leitura da realidade capaz de informar e orientar a ação política.

Diante disso, parece fundamental recuperar o legado da urbanização dependente, que, ainda que embrionária e sujeita a equívocos, inseriu a questão urbana numa totalidade social e buscou as mediações próprias das formações latino-americanas. Como advertiu Castells: “Se trata de un largo camino de los estudios urbanos latinoamericanos, suscitado, evidentemente, por el cambio de las correlaciones de fuerzas políticas en el continente.” (Castells & Vélez, 1973, p. 2). É justamente nessa chave que o resgate da Urbanização Dependente deve ser realizado.

A vitalidade de uma teoria não se mede pela sua preservação contra críticas ou pelo esforço de comprovar sua superioridade retrospectiva em relação a outras correntes, mas por sua capacidade de interpretar, com densidade e rigor, os desafios do presente. Sua melhor defesa é sua vigência: sua utilidade prática na leitura da realidade e na construção de estratégias de transformação. Por isso, atualizar as análises da urbanização dependente não significa apenas voltar aos textos fundadores, mas ativar seu método para interpretar as formas contemporâneas da dependência, da exploração e da dominação.

A dependência e o imperialismo, no esquema proposto pelo pensamento da Urbanização Dependente, pertencem ao nível mais geral da totalidade capitalista. Para que possamos derivar suas implicações para o urbano, é necessário ainda transitar por pelo menos dois níveis intermediários: o padrão de reprodução do capital – seja ele primário-exportador, industrial-dependente ou de especialização produtiva – e as especificidades das formações sócio-espaciais em cada país ou região. A América Latina, enquanto unidade, mantém relativa homogeneidade nos dois primeiros níveis: trata-se de uma região dependente, inserida atualmente no padrão exportador de especialização produtiva. Contudo, ao descer para o plano das formações sócio-espaciais, torna-se evidente a diversidade de trajetórias: formas estatais, coalizões de classe, produtos exportados, graus de informalidade, entre outros elementos, marcam diferenças substantivas entre países como Brasil, Chile, México ou Bolívia (Osorio, et. al., 2012).

Essa diferenciação exige um refinamento analítico que, em muitos casos, faltou às análises clássicas da urbanização dependente, contribuindo para seu progressivo abandono. Os próprios autores dessa tradição já reconheciam a incompletude do arcabouço teórico: Quijano (1968, p. 5) afirmava que “a construção da problemática geral da dependência está ainda por fazer, e nenhuma tipologia da dependência existe atualmente para servir de marco de referência ao estudo da situação latino-americana”. Ainda assim, os estudos da época lograram enorme qualidade interpretativa sobre os processos urbanos da região até os anos 1970.

É necessário reconhecer também que houve uma evolução do pensamento dependentista, com uma formulação mais precisa e marxista do conceito de dependência a partir da categoria de superexploração (Marini, 1973), das respostas às críticas mais contundentes (Bambirra, 1978) e das formulações metodológicas recentes (Osório et. al., 2012), que permitiram uma atualização crítica dessa vertente em vários campos do conhecimento[2]. A tarefa que se coloca, portanto, não é corrigir teoricamente o que foi feito, mas atualizar a análise da urbanização dependente à luz da crise da industrialização e do novo padrão exportador de especialização produtiva. Isso implica, em uma primeira dimensão, compreender como se reconfigura a distribuição territorial das localidades urbanas: quais os traços comuns à América Latina nesse processo e quais as diferenciações entre países exportadores de minérios, de commodities agrícolas ou de semimanufaturados (Daher, 1989; Elias, 2007).

Em uma segunda dimensão, é necessário analisar as mudanças no conteúdo das sociedades urbanas latino-americanas: de um lado, as novas formas de espoliação urbana sob o neoliberalismo – como no Chile, onde a casa própria foi massificada como propriedade privada e a informalidade urbana foi substancialmente reduzida (Tonin, 2025); de outro, a permanência da autoconstrução e das formas tradicionais de exclusão habitacional em países como o Brasil, onde a informalidade segue sendo a principal via de acesso à terra urbana (Pírez, 2016); ou ainda experiências que buscaram mitigar ou romper com a dependência e, assim, enfraqueceram os traços da urbanização dependente (Maximiliano, 2023, Miglioli, 2024).

Por fim, em uma terceira dimensão, destaca-se a análise da produção capitalista da cidade. Desde os anos 1970, a cidade se consolidou como um dos circuitos estratégicos de valorização do capital, não apenas pela construção civil, mas pela captura da renda fundiária e imobiliária (Harvey, 2013). As investigações atuais devem, portanto, responder como essa produção urbana opera nos países dependentes. Como se relaciona a renda com a superexploração da força de trabalho e com a espoliação urbana (Aruto & Tonin, 2016)? Como se organiza o capital de incorporação nos mercados locais (Tonin, 2019, Fix e Ventura, 2019, Rufino, 2022)? Como se expressa a superexploração no canteiro de obras e nas formas de ocupação do solo urbano (Ferro, 2006)? E, sobretudo,

[2] Como no caso das transferências de valor (Breda, 2020); da financeirização (Amaral, 2011); da questão regional (Aruto, 2019; Gomes Junior, 2019); da questão racial (Sabino, 2020); da escravidão contemporânea (Soares 2022); da questão do Estado (Bichir, 2024); e da burguesia industrial (Senra, 2023); entre outros (Traspadini, 2022; Luce, 2018).

qual o papel da renda da terra no funcionamento do capitalismo dependente – tema historicamente marginal na TMD, mas essencial para compreender a formação das classes e os mecanismos de dominação nas cidades (Fix e Paulani, 2019; Osório, 2017; Gomes Júnior, 2019; Aruto, 2019)?

Respostas a essas questões podem emergir do encontro entre a Urbanização Dependente e as formulações marxistas sobre a produção capitalista do espaço urbano, como as que se desenvolveram a partir dos anos 1980: as análises sobre promotores imobiliários (Topalov, 1984; Ribeiro, 1997), a geração de rendas urbanas (Lefèvre, 1982; Jaramillo, 2010), e os estudos recentes sobre financeirização e neoliberalismo urbano (Fix, 2011; Royer, 2014; Pereira, 2017; De Mattos, 2015; Cobos, 2014).Trata-se, como se vê, de uma ampla agenda de pesquisa, que, por isso, só poderá ser desenvolvida coletivamente, como estão fazendo Ribeiro e Diniz (2025).

Como procuramos demonstrar, as análises da urbanização dependente se apresentam como possibilidade teórica que oferece mediações sólidas entre os diferentes níveis de análise – do sistema-mundo às dinâmicas locais – e permite compreender, com densidade histórica e rigor estrutural, o urbano e o espaço nas formações sociais dependentes da América Latina. Seu abandono não viabilizou novas interpretações que a superassem neste propósito e deveu-se mais à orientações (e derrotas) políticas que à insuficiências teóricas ou interpretativas. Retomar esse edifício teórico-analítico é, portanto, tarefa fundamental para superar as mazelas urbanas na América Latina.

Referências

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo: USP, 2012.

ARUTO, Pietro Caldeirini; TONIN, Vitor Hugo. *O ciclo do capital e renda da terra urbana nas formações socioespaciais dependentes: determinações gerais.* In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA – O CAPITALISMO E SUAS CRISES, 2., 2016. Anais. p. 1-12.

ARUTO, Pietro Caldeirini. *Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no* Brasil *(2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais.* 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/333667. Acesso em: 30 maio 2015.

BAMBIRRA, Vânia. **Anticrítica**, Cidade do México: Era, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BREDA, Diógenes Moura. A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015. 2020. 1 recurso online (217 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640751. Acesso em: 30 mai. 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CARRIÓN MENA, Fernando; UNDA, Mario; CORAGGIO, José Luis. *La investigación urbana en América Latina: caminos recorridos y por recorrer.* Quito: Ciudad, 1989.

CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en América Latina. In: CASTELLS, Manuel; VELEZ, Patrício (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, 1973. p. 7-26.

CASTELLS, Manuel, A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTELLS, Manuel; VELEZ, Patrício (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* Rio de Janeiro: Record; COFECON; CEPAL, 2000.

COBOS, Emilio Pradilla. Desarrollo capitalista dependiente y processo de urbanización en América Latina. *Revista Interamericana de Planificación*, v. 15, n. 57, p. 73-99, 1981.

COBOS, Emilio Pradilla. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 31, p. 37-60, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3102.

CUEVAS, Agustín. Sobre exilios y reinos. *Revista Estudios Latinoamericanos*, v. 3, n. 4, p. 8-15, 1988. DOI: http://dx.doi.org/10.22201/cela.24484946e.1988.4.47138.

DAHER, Antonio. La capital: el capital. *EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Territoriales*, v. 15, n. 46, p. 17-28, 1989.

DE SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. Grupo de Pesquisa EGBE, Projeto Canela Preta, 2020.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil.* 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286530. Acesso em: 30 maio 2015.

ELIAS, Denise. PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168. Acesso em 30 de maio de 2025.

FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre.* São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.* São Paulo: Boitempo; ANPUR, 2007.

FIX, Mariana. PAULANI, Leda . M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro eo processo de financeirização. Brazilian Journal of Political Economy, 39(4), 638-657, 2019.

FIX, Mariana. NETO, Raul V. Capital mercantil, circuito imobiliário e crise urbana. In: SANTOS, Adroaldo et. al (org.). Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil, São Paulo: Editora Perseu Abramo, Expressão Popular, ABED, 2022

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário brasileiro.* 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286383. Acesso em: 30 maio 2015.

FRANK, Andre Gunder. Not feudalism-capitalism. *Monthly Review*, v. 15, n. 8, 1963.

FRANK, Andre Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. *Revista Brasiliense*, n. 51, 1964.

FRANK, Andre Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 25-39.

FRANK, Andre Gunder. *América Latina: subdesarrollo o revolución.* 1. ed. México, D.F.: Ediciones ERA, 1973.

GOMES JUNIOR, Evaldo. *Padrão de reprodução do capital e formas gerais de apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira: Cerrados do Norte e Amazônia Meridional pós anos 2000.* 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334974. Acesso em: 30 maio 2025.

HARVEY, David. *Os limites do capital.* São Paulo: Boitempo, 2013.

JARAMILLO, Samuel. *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano.* Bogotá: Uniandes, 2010.

KAPLAN, Marcos. La ciudad latino-americana como factor de transmisión de 0SIAP, 1973. p. 132-175.

KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica do desenvolvimento. *Cadernos CRH*, v. 31, n. 84, p. 451-462, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000300002.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade.* 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFEVRE, Rodrigo. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios na cidade de São Paulo. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.* São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LOMNITZ, Larissa. *Cómo sobreviven los marginados.* México, D.F.: Siglo XXI, 1975. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004.

LUCE, Mathias S. Teoria Marxista da Depenência: problemas e categorias, uma visão histórica, São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). *Vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTOS, Carlos de. Gobernanza neoliberal, financiarización y metamorfosis urbana en el siglo XXI. In: MATTOS, Carlos de (org.). *Revolución urbana: estado, mercado y capital en América Latina.* Santiago: RIL Editores, Colección Estudios Urbanos UC, 2015. p. 273-314.

MIGLIOLI. Aline. Casa à Venda: turismo, mercado de imóveis e transformação socio-espacial em Havana. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

OSORIO, Jaime. *Fundamentos del análisis social: la realidad social y su conocimiento.* [S.l.]: Fundamentos del Análisis Social, 2001.

OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias; FERREIRA, Carla. *Padrão de reprodução do capital.* São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime Sebastian. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 46, p. 78-102, 2017.

PEREIRA, Luiz. *Urbanização e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 171-211.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PÍREZ, Pedro. Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana. *Revista del Área de Estudios Urbanos del Instituto de Investigación Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA)*, n. 16, v. 6, p. 131-167, 2016.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record; COFECON; CEPAL, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 30, n. 3, p. 525-570, 1968. DOI: https://doi.org/10.2307/3538943.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes.* Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson (org.). A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2025/10/978-65-5252-129-3_A-nova-urbanizacao-dependente.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista.* 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas.* São Paulo: Annablume, 2014.

RUFINO, Beatriz. As grandes incorporadoras, o segmento econômico e a descontrução da política habitacional. Cadernos Metrópole, n. 24, v.53, 2022.

SANTOS, Milton. La urbanización dependiente en Venezuela. In: SCHTEINGART, Martha (org.). *Urbanización y dependencia en América Latina.* Buenos Aires: SIAP, 1973. p. 305-320.

SANTOS, Theotonio dos. *Quais são os inimigos do povo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SANTOS, Theotonio dos. *Teoria da dependência: balanços e perspectivas.* Florianópolis: Insular, 2015.

SCHTEINGART, Martha; TORRES, Horacio. Estructura interna y centralidade en metrópoles latino-americanas. In: CASTELLS, Manuel; VELEZ, Patrício (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, 1973a. p. 253-286.

SCHTEINGART, Martha (org.). *Urbanización y dependencia en América Latina.* Buenos Aires: SIAP, 1973b.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SENRA, Gabriel Oliveira de Carvalho. História da grande burguesia industrial brasileira: da crise da ditadura à crise da democracia. 2024. 1 recurso online (196 p.) Dissertação

(mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/17694. Acesso em: 30 mai. 2025.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira, MArília: Lutas Anticapital, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. *Sociedade e Cultura*, v. 17, n. 1, p. 159-169, 2014.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

TONIN, Vitor Hugo. *Muita gente sem casa, muita casa sem gente: entre superlucros e superexploração – a dialética da habitação em país dependente.* 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/teses/PGAU0085-D.pdf. Acesso em: 30 maio 2015.

TONIN, Vitor Hugo. O circuito imobiliário no capitalismo dependente contemporâneo: financeirização ou exacerbação da lógica do capital de incorporação. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 18., 2019, Natal. Anais… p. 1-20. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=751. Acesso em: 30 maio 2015.

TOPALOV, Christian. *Ganancias y rentas urbanas: elementos teóricos.* Madrid: Siglo XXI, 1984.

TRINDADE, Thiago Aparecido; FERRO, Maria Caroli Tiraboschi. Vulnerabilidade e (sub)cidadania na sociedade brasileira – entrevista com Lúcio Kowarick. *Idéias*, v. 2, n. 2, p. 237-252, 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649325/15880. Acesso em: 30 maio 2015.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais.* Florianópolis: Insular, 2014.